

e.

publica
public law journal

Editorial

Miguel Nogueira de Brito
Pedro Moniz Lopes
Jorge Silva Sampaio
Sara Azevedo

Vol. 10 No. 2
novembro 2023
e-publica.pt

ISSN 2183-184x

Com o apoio de:

fct Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

EDITORIAL

MIGUEL NOGUEIRA DE BRITO
PEDRO MONIZ LOPES
JORGE SILVA SAMPAIO
SARA AZEVEDO

Lisbon Public Law Research Centre
Instituto de Ciências Jurídico-Políticas
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
Alameda da Universidade
1649-014 Lisboa
miguelbrito@fd.ulisboa.pt
plopes@fd.ulisboa.pt
jorgesilvasampaio@fd.ulisboa.pt
saraazevedo@fd.ulisboa.pt

A *e-Publica* não poderia, de modo algum, ficar à margem das comemorações do 40.º aniversário do Tribunal Constitucional, completado este ano de 2023. A existência de uma jurisdição constitucional com as características do Tribunal Constitucional é, porventura, a principal inovação da ordem constitucional reinstaurada pela Constituição de 1976, e dela depende, em larga medida, a efetivação de uma prática consistente de respeito e cumprimento dos direitos fundamentais pelos poderes públicos.

Com o objetivo de contribuir para assinalar esta importante data, lançámos, pois, um desafio a diversos académicos, bem como a duas alunas do curso de direito: entregarem para publicação neste número da revista um artigo de comentário a uma decisão do Tribunal à sua escolha. O objetivo não consistiu sequer em dar uma visão de conjunto dos temas da jurisprudência constitucional, mas somente em salientar a diversidade de assuntos nas mais diversas áreas jurídicas já abordados nas inúmeras decisões do Tribunal.

Os estudos adiante publicados incidem, assim, sobre a medida de confinamento obrigatório, o lenocínio, a reserva de lei, os limites da punição, a proteção dos animais, a propriedade privada, a eutanásia, a inconstitucionalidade das normas constitucionais, o primado do direito da União Europeia, o alcance da restrição de efeitos da decisão de inconstitucionalidade, o poder legislativo regional, o princípio da legalidade penal, o princípio da proporcionalidade em conexão com a reserva de intimidade da vida privada e a retroatividade das leis fiscais.

Seria possível, sem dúvida, fazer uma lista igualmente longa de temas relevantes abordados na jurisprudência do Tribunal Constitucional e aqui não incluídos. As escolhas feitas devem-se à liberdade dos autores, bem como a razões de espaço e, sobretudo, à necessidade imperiosa de comemorar o aniversário do Tribunal no próprio ano em que ocorre.

O resultado aí fica. Resta-nos esperar que os textos adiante publicados possam contribuir para o necessário aprofundar da reflexão sobre a jurisprudência do Tribunal Constitucional e a sua importância para o enraizamento de uma cultura constitucional na nossa vida jurídica e política.